

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016

Senhores Acionistas:
 Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)		ATIVO		PASSIVO	
	Nota	31/12/2016		Nota	31/12/2016
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	23.643	Fornecedores	13	3.522
Concessionárias	5	11.036	Impostos e contribuições sociais	6	1.725
Impostos e contribuições sociais	6	360	Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	15	2.538
Prêmio de risco - GSF	8	606	Obrigações sociais e trabalhistas	16	2.879
Outros créditos	10	3.397	Uso do bem público	17	1.634
			Outras contas a pagar	10	990
Total do Ativo Circulante		39.042	Total do Passivo Circulante		13.289
Não circulante					
Cações e depósitos vinculados	9	1.130	Não circulante		
Prêmio de risco - GSF	8	3.560	Empréstimos e financiamentos	15	1.054
Outros créditos	10	7.598	Uso do bem público	17	2.394
		12.288	Provisões	18	172
Propriedades para investimentos		4.899	Outras contas a pagar	10	17.120
Imobilizado	11	229.021	Total do Passivo Não circulante		20.740
Intangível	12	28.418	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
		262.338	Capital social	19.1	245.101
Total do Ativo Não circulante		274.626	Reservas de lucros	19.3	34.538
TOTAL DO ATIVO		313.668	Total do Patrimônio líquido		279.639
			TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		313.668

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)		Nota	2016	(Em milhares de reais)		2016
RECEITAS						
Recostas	20		67.222	Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	21		(10.426)	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		30.841
Custo do serviço de energia elétrica			(11.701)	Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Custo de operação			(202)	Depreciações e amortizações		9.784
Custo do serviço prestado a terceiros			(22.329)	Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		414
			44.893	Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		278
Lucro bruto			11.862	Uso do bem público - atualização monetária e AVP		445
Despesas e Receitas operacionais	21		(11.039)	Provisão para plano de benefícios pós-emprego		(899)
Despesas gerais e administrativas			(1.562)	Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		(222)
Depreciações e amortizações			(3.298)	Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP		2
Outras despesas e receitas operacionais			(14.899)	Encargos setoriais - provisão e atualização monetária		122
			29.904	Cações e depósitos vinculados e litígios - atualização monetária		(101)
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos			22	Amortização do prêmio de risco - GSF		484
Resultado financeiro			1.758	(Aumento) diminuição de ativos operacionais		41.148
Receitas financeiras			(621)	Imposto de renda e contribuição social pagos		(11.036)
Despesas financeiras			937	Impostos e contribuições sociais compensáveis		(360)
			30.841	Estoques		(60)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro			23	Cações e depósitos vinculados		(162)
Tributos sobre o lucro			(2.791)	Prêmio de risco - GSF		(3.768)
Imposto de renda e contribuição social correntes			28.500	Outros ativos operacionais		1.758
			24	Aumento (diminuição) de passivos operacionais		(13.650)
Resultado líquido do exercício			30.527	Fornecedores		3.522
Resultado por ação atribuível aos acionistas			30.527	Outros tributos e contribuições sociais		597
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)			0,31733	Obrigações sociais e trabalhistas		1.180
ON			0,31733	Encargos setoriais		(69)
A Companhia não divulgou a demonstração de resultados abrangentes, uma vez que não existem efeitos referentes a essa demonstração registrados nas demonstrações financeiras para o exercício de 2016.				Provisões		99
				Uso do bem público		(1.358)
				Outros passivos operacionais		17.526
						21.499
				Caixa proveniente das (aplicadas nas) atividades operacionais		48.997
				Imposto de renda e contribuição social pagos		(11.036)
				Caixa líquido proveniente das (aplicadas nas) atividades operacionais		37.961
				Fluxo de caixa das atividades de investimento		7.342
				Adições ao Imobilizado e Intangível		(7.342)
				Caixa líquido (aplicado nas) provenientes das atividades de investimento		(7.342)
				Fluxo de caixa das atividades de financiamento		14.000
				Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(14.000)
				Amortização do principal de empréstimos e financiamentos		(2.099)
				Pagamentos de encargos de dívidas		(205)
				Caixa líquido (aplicado nas) provenientes das atividades de financiamento		(16.349)
				Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		23.643
				Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		23.643
				Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		-
						23.643

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)		2016	(Em milhares de reais)				2016
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO							
Receita operacional		77.887	Capital social				
Receita relativa à construção de ativos próprios		70.495	Reservas de lucros				
(-) Insumos adquiridos de terceiros		7.342	Lucros acumulados				
Custos da energia comprada		(25.234)	Total				
Encargos de uso da rede elétrica		(8.512)					
Materiais		(1.914)					
Serviços de terceiros		(1.523)					
Outros custos operacionais		(9.474)					
Valor adicionado bruto		52.663					
Retenções		42.819					
Depreciações e amortizações		(9.784)					
Valor adicionado líquido produzido		42.819					
Valor adicionado recebido em transferência		1.758					
Receitas financeiras		1.758					
Valor adicionado total a distribuir		44.577					
Distribuição do valor adicionado		44.577					
Pessoal							
Remuneração direta		7.527					
Benefícios		431					
FGTS		1.455					
Impostos, taxas e contribuições							
Federais		5.812					
Estaduais		407					
Municipais		42					
Remuneração de capitais de terceiros							
Juros		821					
Aluguéis		32					
Remuneração de capital próprio							
Dividendos		14.000					
Lucros retidos		30.527					
		14.050					
		44.577					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional
 A EDP Pequenas Centrais Hidroelétricas S.A. (Companhia ou EDP PCH), anteriormente denominada Neuvic Holdings S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), constituída em 2 de janeiro de 2015, com sede no município de São Paulo - SP. A Companhia tem como principais objetos sociais: (i) as atividades de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica de qualquer origem e natureza; (ii) estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de geração de energia, em suas diversas formas e modalidades; (iii) gerir ativos de geração de energia; (iv) implementar os meios necessários à operação, manutenção e exploração dos projetos de geração de energia, em suas diversas formas e modalidades; e (v) prestar serviços de assessoria, consultoria, engenharia, gerenciamento de projetos, operação e manutenção na área de energia, a clientes no Brasil e/ou exterior.
 Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, ocorrida em 27 de agosto de 2015, foi efetuada uma reforma no estatuto social da Companhia, a qual incluiu a alteração da denominação social da Companhia de Neuvic Holdings S.A. para EDP Pequenas Centrais Hidroelétricas S.A.
 As Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2015 não estão sendo apresentadas comparativamente, uma vez que o valor das rubricas do Balanço Patrimonial, no momento do arrendamento para o milhar mais próximo, representam saldo zero. O saldo total do ativo e consequentemente, do passivo e patrimônio líquido é de R\$150,00, sendo este saldo não auditado pelos auditores independentes.

1.1 Cisão
 Em AGE de 29 de fevereiro de 2016, foi aprovado o Protocolo de Cisão Parcial da Companhia S.A. (Energest), onde os ativos chibidos foram devidamente incorporados pela Companhia nesta data.
 A Energest transferiu para a Companhia as autorizações e/ou concessões das Pequenas Centrais Hidroelétricas - PCHs Viososa, São João, Alegre, Fruiteiras, Jucu e Rio Bonito e da Usina Hidrelétrica - UHE Suíça.
 A Energest constituiu empresa especializada para a realização do Laudo de Avaliação afirm de spurar, com base no Balanço Patrimonial da Energest em 31 de outubro de 2015, o montante a ser cindido.
 O Laudo de Avaliação utilizou como critério o valor patrimonial líquido da Energest, com base nos critérios previstos na legislação aplicável, resultando em um acervo líquido cindido de R\$272.337, na data-base de 31 de outubro de 2015.
 Visto que a cisão foi concluída apenas em 29 de fevereiro de 2016, o acervo cindido apresentado no Laudo de Avaliação foi atualizado com as variações patrimoniais ocorridas no período, resultando no acervo cindido líquido final de R\$265.589, conforme demonstrado abaixo:

	29/02/2016
ATIVO	
Circulante	
Estoques	2.920
Prêmio de risco - GSF	606
Outros créditos	3.750
Total do Ativo circulante	13.276
Não Circulante	
Cações e depósitos vinculados	2.410
Prêmio de risco - GSF	276
Propriedades para investimentos	2.688
Imobilizado	4.899
Intangível	232.344
	267.290
Total do Ativo não circulante	265.104
TOTAL DO ATIVO	267.880
	281.156
	290.2216

PASSIVO

Circulante

Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Obrigações Sociais e Trabalhistas

Encargos Setoriais

Uso do bem público

Total do Passivo circulante

Não circulante

Empréstimos e financiamentos

Benefícios pós-emprego

Uso do bem público

Provisões

Total do Passivo Não circulante

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

Reservas de lucros

Prejuízos acumulados

Total do Patrimônio líquido

TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 27 de janeiro de 2016 e BNDES, por meio da carta nº 09/2016, e em 16 de fevereiro de 2016 a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 5.633, anularam o processo de cisão. Em 25 de maio de 2016 foram assinados os termos aditivos aos contratos de concessão.

1.2 Concessões e Autorizações

A partir do processo de cisão, a Companhia passou a possuir junto à ANEEL, as seguintes concessões e autorizações de geração em operação:

Usinas	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade Instalada (MW) (*)	Energia assegurada (MWh) (**)	Concessão / Autorização	Início	Término
UHE Suíça	Produtor Independente	Concessão	ES	33,90	18,91	14/07/1995	16/07/2025	
Viososa	Produtor Independente	Autorização	ES	4,50	2,52	19/05/1999	19/05/2029	
São João	Produtor Independente	Autorização	ES	25,00	12,95	19/05/1999	19/05/2029	
Alegre	Produtor Independente	Concessão	ES	2,06	1,16	14/07/1995	16/07/2025	
Fruiteiras	Produtor Independente	Concessão	ES	6,74	5,96	14/07/1995	16/07/2025	
Jucu	Produtor Independente	Concessão	ES	4,84	2,62	14/07/1995	16/07/2025	
Rio Bonito	Produtor Independente	Concessão	ES	22,50	9,40	14/07/1995	16/07/2025	

(*) Não auditado pelos auditores independentes
 Por meio das Resoluções Autorizativas ANEEL nº 4.620/13 e 3.026/13, a UHE Suíça e as PCHs Alegre, Fruiteiras, Jucu e Rio Bonito tiveram seu regime de exploração alterado de "Serviço Público" para "Produtor Independente".
 Nos dias 9 e 17 de julho de 2014, respectivamente, foram assinados os Contratos de Concessão nº 01/2013 e nº 04/2013 para a UHE Suíça e PCHs Alegre, Fruiteiras, Jucu e Rio Bonito, formalizando a alteração do regime de exploração para Produtor Independente.
 A Companhia comercializa suas energias nos seguintes ambientes: (i) Ambiente de Contratação Regulada - ACR mediante os contratos de Comercialização de Energia no Ambiente de Contratação Regulada (CCEAR), negociados principalmente com terceiros; e (ii) Ambiente de Contratação Livre - ACL por meio de contratos de curto e longo prazo, negociados com terceiros (Nota 5) e com partes relacionadas (Nota 7).
 1.2.1 Contratos de concessão UHE Suíça e PCHs Alegre, Fruiteiras, Jucu e Rio Bonito
 O prazo de concessão poderá ser prorrogado a critério do Poder Concedente. Todas as prorrogações serão baseadas nos relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das Concessionárias, desde que a exploração das usinas hidrelétricas estejam nas condições estabelecidas nos respectivos contratos de concessão, na legislação do setor e atenda aos interesses dos consumidores.
 1.2.1.1 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D
 Para a UHE Suíça, a Companhia aplica, anualmente, em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/2010, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (Nota 10.2).
 1.2.1.2 Uso do bem público
 A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico, recebe a União, em relação às PCHs Alegre, Fruiteiras, Jucu e Rio Bonito, pelo prazo de cinco anos contados a partir de 17 de julho de 2014, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor de R\$847, em relação ao potencial hidrelétrico da UHE Suíça, rescolta à União, pelo prazo de cinco anos contados a partir de 09 de julho de 2014, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor de R\$575. Ambos são corrigidos anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Em 31 de dezembro de 2016, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$4.028 (Nota 17). A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.
 1.2.2 Autorizações PCHs Viososa e São João
 O prazo das autorizações das PCHs está em vigor pelo prazo de 30 anos podendo ser prorrogado, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária, desde que a exploração do aproveitamento hidrelétrico esteja nas condições estabelecidas no contrato de concessão, na autorização, na legislação do setor e atenda aos interesses dos consumidores.
 Para as outorgas na modalidade de autorizações, não existe a incidência de pagamento de Uso do bem público, bem como da aplicação de montantes em Pesquisa e Desenvolvimento.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade
 As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFO e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB - legislação específica emanada pelo ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.
 A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.
 A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente estas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilidades por ela na sua gestão.
 A Diretoria da Companhia autoriza a emissão das demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2017.

**NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo.

2.4 Uso de estimativa e julgamento

Nas elaborações das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em informações para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia realiza as estimativas e pressupostos pelo menos trimestralmente, exceto quanto à redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de Transações realizadas no âmbito da CCEE (Nota 5); Análise na redução do valor recuperável dos ativos (Impairment) (Nota 2.6); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 11 e 12); Mensuração ao valor justo de instrumentos financeiros (Nota 25.1-3); Provisões fiscais, civis e trabalhistas (Nota 18-1); e Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 18.2).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revera o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas capazes de determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis e ao final de cada exercício, exceto para Concessionárias (Nota 5) são avaliados mensalmente. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

Se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável, a Companhia procede ao teste de recuperabilidade dos ativos.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida, independentemente de ter indicações de perdas não recuperáveis, têm a recuperação do seu valor testada anualmente.

2.7 Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, consequentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes.

Em relação às normas ainda não adotadas pela Companhia descritas abaixo, a Administração acredita que as mesmas não gerarão efeitos relevantes nos montantes reportados nas demonstrações financeiras.

IFRS 1 Normas e interpretações novas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia

IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil (em efeito a partir de 1º de janeiro de 2019)

Em janeiro de 2016 foi emitida a IFRS 16 que introduziu novas regras para as operações de arrendamento mercantil. A IFRS 16 requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores foram substancialmente mantidos. A IFRS 16, em geral, deverá ser aplicada retrospectivamente e substituirá o IAS 17 (CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil) e correspondentes interpretações.

2.7.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC e ainda não adotadas pela Companhia

CPC 47 - Recotas de Contrato com Cliente (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)

Em dezembro de 2016 foi emitido o CPC 47 em correção à norma IFRS 15. Esta norma introduziu um novo modelo para o reconhecimento de receitas provenientes dos contratos com clientes. A mesma enfatiza o reconhecimento de receitas com a transferência do controle de bens ou serviços aos clientes, em lugar do princípio da transferência de riscos e benefícios, considerando qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços e quando a receita deve ser reconhecida. O CPC 47, em geral, deverá ser aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2018 e substituirá o CPC 30 (R1) - Recargas (IAS 18), o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS 11) e as interpretações relacionadas.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)

Em dezembro de 2016 foi emitido o CPC 48 em correção à norma IFRS 9. Esta norma substituirá o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39) e traz, como principais modificações: (i) requerimentos de impairment para ativos financeiros passando para o modelo híbrido de perdas esperadas e incógnitas, em substituição ao modelo atual de perdas incógnitas; (ii) novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros; e (iii) torna os requisitos para contabilidade de hedge (hedge accounting) menos rigorosos. O CPC 48, em geral, deverá ser aplicado retrospectivamente, a partir de 1º de janeiro de 2018.

Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 10/16 (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2017)

A revisão estabelece interpretações para o reconhecimento de Fluxos de Caixa e CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, em decorrência de esclarecimentos feitos pelo IASB sobre passivos decorrentes de atividade de financiamento e o reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas.

2.7.3 Normas e interpretações revisadas, já emitidas pelo CPC, adotadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2016

A Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2016, passou a adotar novas normas e interpretações conforme Revisão dos Pronunciamentos Técnicos nº 08/15 e nº 09/16, emitidas pelo CPC. As normas revisadas não refletiram impactos nas demonstrações financeiras.

3 Eventos significativos no exercício

3.1 Adesão à proposta de repactuação de Risco Hidrológico

Em 5 de janeiro de 2016 a Engegest, empresa que ainda detinha as concessões e autorizações das PCHs Juru, Rio Bonito e São João, protocolou junto à ANEEL o pedido de análise de repactuação do risco hidrológico e também a petição de desistência das ações judiciais atreladas às referidas PCHs, com renúncia do direito sobre o qual corresponde a ação judicial ingressada por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE.

A referida decisão foi embasada na avaliação dos vários cenários de Preço de Liquidação das Diferenças - PLD e Generation Scaling Factor - GSF, por meio de um modelo econômico financeiro, tendo como principal objetivo o equilíbrio entre o custo efetivo do risco hidrológico e o custo do prêmio de risco associado a cada opção de repactuação.

Para suportar essa decisão, a Engegest contratou pareceres independentes nas vertentes energética, econômica e jurídica, envolvendo os aspectos tributários e de fluxo de caixa.

Após análise, a Engegest optou pela repactuação do risco hidrológico no ACR no produto SP94, no montante de R\$4.650, relativamente ao período de janeiro a dezembro de 2015, onde 94% da exposição ao GSF é protegida, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015, especificamente para as PCHs mencionadas acima. Este montante será amortizado linearmente no período de janeiro de 2016 a fevereiro de 2024. Adicionalmente a Engegest optou pela não repactuação do risco hidrológico da UHE Sulço e PCHs Viçosa, Alegre e Frutíferas.

Em 28 de janeiro de 2016 a ANEEL, por meio do Despacho nº 243/16, anuiu a adesão da proposta de repactuação do risco hidrológico no ACR. A Companhia optou pela não adesão à proposta de repactuação do risco hidrológico no ACL.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Bancos conta movimento **31/12/2016**
2.166

Aplicações financeiras - renda fixa **21,477**
Certificados de Depósitos Bancários - CDB **23,643**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras estão remuneradas a taxas que variam de 90,00% a 96,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por rating de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 25.

5 Concessionárias

Os saldos de Concessionárias são reconhecidos ao valor justo, pelo valor futuro, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2016 de R\$11.036 é totalmente devido e refere-se a: (i) venda de energia em negociações bilaterais ou em Leilões de energia previstos pela ANEEL no montante de R\$8.412; e (ii) venda de sorte de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$2.624.

Conforme requerido pelo CPC 38, é eludida uma análise crítica do saldo de concessionárias e, quando necessário, é constituída uma Pasta Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Não foi constituída PCLD sobre o saldo receber em 31 de dezembro de 2016.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 25.2.4.

6 Impostos e contribuições sociais

Ativo - Compensáveis

Imposto de renda e contribuição social **7**
IRRF sobre aplicações financeiras **230**
Outros **123** **C** **123**

Total Circulante **360** **360**

Passivo - a recolher

Imposto de renda e contribuição social **2.791** (1.663) **1.128**
ICMS **25** (11) **14**
PIS e COFINS **2.573** (2.294) **279**

Tributos sobre serviços prestados por terceiros **72** (62) **10**
Encargos com pessoal **271** (89) **182**

Total Circulante **5.732** (4.007) **1.725**

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

7 Partes Relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para sua Controladora (Nota 14), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua Controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

	Ativo	Passivo	Recitas (Despesas)	
			Circulante	Operacionais
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016
Concessionárias				
Venda de energia elétrica				
EDP Escócia	240,74	01/04/2016 a 17/07/2025	3.497	29.111
EDP Escócia	266,12	01/04/2016 a 17/07/2025	766	5.018
EDP Escócia	246,34	01/04/2016 a 17/07/2025	3.650	23.804
EDP Escócia	227,09	01/04/2016 a 31/12/2041	-	-
Santa Fé	126,07	01/07/2016 a 31/12/2016	91	38
EDP Comercializadora	01/04/2016 a 31/12/2022	-	640	640
EDP Comercializadora	01/04/2016 a 31/07/2016	65	3.884	3.884
Outros créditos	8.069	38	433	64.390
Contrato Prestação de Serviços (a)				
Cachoeira Calderário	01/01/2016 a 31/12/2018	228	436	436
ECE Participações	01/01/2016 a 31/12/2016	237	436	436
Santa Fé	29/07/2016 a 31/12/2018	46	46	46
Costa Rica	01/05/2016 a 31/12/2017	79	511	575
Fornecedores	78	511	-	1.490
Suprimento de energia elétrica				
EDP Comercializadora	01/04/2016 a 31/07/2016	-	-	(2.640)
Uso do sistema de distribuição				
EDP Escócia	01/04/2016 a 17/07/2025	-	221	(1.914)
Outras contas a pagar	-	221	-	(4.554)

	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo		Passivo		Operacionais
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
			31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	2016
Concessionárias							
Venda de energia elétrica							
EDP Escócia	240,74	01/04/2016 a 17/07/2025	3.497	29.111	-	-	29.111
EDP Escócia	266,12	01/04/2016 a 17/07/2025	766	5.018	-	-	5.018
EDP Escócia	246,34	01/04/2016 a 17/07/2025	3.650	23.804	-	-	23.804
EDP Escócia	227,09	01/04/2016 a 31/12/2041	-	-	-	-	-
Santa Fé	126,07	01/07/2016 a 31/12/2016	91	38	-	-	38
EDP Comercializadora	01/04/2016 a 31/12/2022	-	-	-	-	-	-
EDP Comercializadora	01/04/2016 a 31/07/2016	65	3.884	-	-	-	3.884
Outros créditos	8.069	38	433	64.390	-	-	64.390

	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo		Passivo		Operacionais
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
			31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	2016
Concessionárias							
Venda de energia elétrica							
EDP Escócia	240,74	01/04/2016 a 17/07/2025	3.497	29.111	-	-	29.111
EDP Escócia	266,12	01/04/2016 a 17/07/2025	766	5.018	-	-	5.018
EDP Escócia	246,34	01/04/2016 a 17/07/2025	3.650	23.804	-	-	23.804
EDP Escócia	227,09	01/04/2016 a 31/12/2041	-	-	-	-	-
Santa Fé	126,07	01/07/2016 a 31/12/2016	91	38	-	-	38
EDP Comercializadora	01/04/2016 a 31/12/2022	-	-	-	-	-	-
EDP Comercializadora	01/04/2016 a 31/07/2016	65	3.884	-	-	-	3.884
Outros créditos	8.069	38	433	64.390	-	-	64.390

	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo		Passivo		Operacionais
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
			31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	2016
Concessionárias							
Venda de energia elétrica							
EDP Escócia	240,74	01/04/2016 a 17/07/2025	3.497	29.111	-	-	29.111
EDP Escócia	266,12	01/04/2016 a 17/07/2025	766	5.018	-	-	5.018
EDP Escócia	246,34	01/04/2016 a 17/07/2025	3.650	23.804	-	-	23.804
EDP Escócia	227,09	01/04/2016 a 31/12/2041	-	-	-	-	-
Santa Fé	126,07	01/07/2016 a 31/12/2016	91	38	-	-	38
EDP Comercializadora	01/04/2016 a 31/12/2022	-	-	-	-	-	-
EDP Comercializadora	01/04/2016 a 31/07/2016	65	3.884	-	-	-	3.884
Outros créditos	8.069	38	433	64.390	-	-	64.390

	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo		Passivo		Operacionais
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
			31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	2016
Concessionárias							
Venda de energia elétrica							
EDP Escócia	240,74	01/04/2016 a 17/07/2025	3.497	29.111	-	-	29.111
EDP Escócia	266,12	01/04/2016 a 17/07/2025	766	5.018	-	-	5.018
EDP Escócia	246,34	01/04/2016 a 17/07/2025	3.650	23.804	-	-	23.804
EDP Escócia	227,09	01/04/2016 a 31/12/2041	-	-	-	-	-
Santa Fé	126,07	01/07/2016 a 31/12/2016	91	38	-	-	38
EDP Comercializadora	01/04/2016 a 31/12/2022	-	-	-	-	-	-
EDP Comercializadora	01/04/2016 a 31/07/2016	65	3.884	-	-	-	3.884
Outros créditos	8.069	38	433	64.390	-	-	64.390

	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo		Passivo		Operacionais
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
			31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

• Mandatos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mandatos até o vencimento. Investimentos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Outros ao custo amortizado

São designados para essa categoria os ativos e passivos financeiros cujo o registro é o montante pelo qual os mesmos são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de pagamento.

	Nota	Níveis	31/12/2016 Valor justo	31/12/2016 Valor contábil
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	4			
Aplicações financeiras		Nível 2	21.477	21.477
Mandatos até o vencimento				
Cauções e depósitos vinculados	9		964	964
Emprestimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	4		2.166	2.166
Bancos conta movimento	5		11.036	11.036
Concessionárias	10		7.598	7.598
Outros créditos - Partes relacionadas			43.241	43.241
Passivos financeiros				
Outros ao custo amortizado				
Fornecedores	13		3.522	3.522
Uso do bem público	17		3.906	4.028
Emprestimos, financiamentos e encargos de dívidas			3.593	3.593
Moeda nacional			17.120	17.120
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	10		25.141	25.263

Para aplicação do valor justo, a Companhia utiliza o fluxo dos instrumentos financeiros até o término das operações segundo as regras contratuais, para taxas pré-fixadas e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela BM&FBOVESPA, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No caso dos Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, de acordo com o CPC 12, não é aplicável a técnica de ajuste a valor presente ao contrato com o BNDES, uma vez que este contrato possui características próprias.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração do valor justo são divulgadas a seguir levando em consideração seu prazo e relevância do instrumento financeiro:

(i) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IPCA incorrido até a data do balanço. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por meio da taxa de 9,42% a.a. que representa a taxa atual de captação de empréstimos e financiamentos da Companhia.

25.1.3 Mensuração a valor justo
A hierarização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos os dados de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estabelecidos levando em consideração prazos, valores, variáveis, indicadores e mercados atuais. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais alto é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

25.2 Gestão de risco
A política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas negociações no mercado. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

25.2.1 Risco de mercado
O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preço e taxa negociadas no mercado. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

25.2.1.1 Risco de mercado
O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preço e taxa negociadas no mercado. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

25.2.1.2 Risco de mercado
O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preço e taxa negociadas no mercado. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

25.2.1.3 Risco de mercado
O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preço e taxa negociadas no mercado. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

25.2.1.4 Risco de mercado
O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preço e taxa negociadas no mercado. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

25.2.1.5 Risco de mercado
O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preço e taxa negociadas no mercado. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

25.2.1.6 Risco de mercado
O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preço e taxa negociadas no mercado. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

25.2.1.7 Risco de mercado
O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preço e taxa negociadas no mercado. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

25.2.1.8 Risco de mercado
O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preço e taxa negociadas no mercado. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

25.2.1.9 Risco de mercado
O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preço e taxa negociadas no mercado. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

25.2.1.10 Risco de mercado
O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preço e taxa negociadas no mercado. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

25.2.1.11 Risco de mercado
O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preço e taxa negociadas no mercado. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

25.2.1.12 Risco de mercado
O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preço e taxa negociadas no mercado. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

25.2.1.13 Risco de mercado
O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preço e taxa negociadas no mercado. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

25.2.1.14 Risco de mercado
O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preço e taxa negociadas no mercado. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

25.2.1.15 Risco de mercado
O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preço e taxa negociadas no mercado. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

25.2.1.16 Risco de mercado
O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preço e taxa negociadas no mercado. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

25.2.1.17 Risco de mercado
O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preço e taxa negociadas no mercado. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

25.2.1.18 Risco de mercado
O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preço e taxa negociadas no mercado. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

25.2.1.19 Risco de mercado
O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preço e taxa negociadas no mercado. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

25.2.1.20 Risco de mercado
O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preço e taxa negociadas no mercado. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

25.2.1.21 Risco de mercado
O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preço e taxa negociadas no mercado. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

25.2.1.22 Risco de mercado
O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preço e taxa negociadas no mercado. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

25.2.1.23 Risco de mercado
O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preço e taxa negociadas no mercado. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

25.2.1.24 Risco de mercado
O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preço e taxa negociadas no mercado. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

25.2.1.25 Risco de mercado
O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preço e taxa negociadas no mercado. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

25.2.1.26 Risco de mercado
O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preço e taxa negociadas no mercado. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

25.2.1.27 Risco de mercado
O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preço e taxa negociadas no mercado. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

25.2.1.28 Risco de mercado
O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preço e taxa negociadas no mercado. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

25.2.1.29 Risco de mercado
O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preço e taxa negociadas no mercado. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

25.2.1.30 Risco de mercado
O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preço e taxa negociadas no mercado. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

25.2.1.31 Risco de mercado
O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preço e taxa negociadas no mercado. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

25.2.1.32 Risco de mercado
O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preço e taxa negociadas no mercado. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

25.2.2 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (Covenants), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento do índice financeiro.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos covenants impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um default imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos covenants por contrato aparece descritos individualmente na nota 15. Até 31 de dezembro de 2016 todos os covenants das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de covenants atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 26.2) para a rubrica de Empréstimos e financiamentos. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento. Para a rubrica de Compra de Energia, as garantias estão vinculadas aos recebíveis da Companhia, passíveis de alteração decorrente de eventuais perdas de crédito nestes recebíveis.

25.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com forte mecanismo e aumentando os custos na aplicação de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que é um hedge financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operados pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia a um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (Generation Scaling Factor) para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico das PCHs Juiz, Rio Bonito e São João, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 94% deste risco hidrológico remanescente para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio (Nota 8).

Em relação ao risco de racionamento, para o seu monitoramento, a Companhia utiliza como ferramentas o Subcomitê de Risco Energético que tem como práticas: (i) a avaliação do cenário de oferta e demanda de energia nas diferentes regiões de atuação, das variáveis macro e microeconômicas, e as especificidades de cada região; (ii) antecipação de potenciais impactos sobre a geração de energia elétrica, de forma a prepará-las para assegurar o suprimento de energia; (iii) minimizar impactos na receita; e (iv) evitar o desabastecimento das concessionárias.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o rating do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

25.2.5 Gestão de capital
A Administração se compromete a administrar o capital sob o de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e beneficiários às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações, por exemplo, para reduzir o nível de endividamento.

25.2.6 Compromissos contratuais e garantias
Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os materiais e serviços incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços para as atividades de operação e manutenção da Companhia.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decorso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP.

Índice de alavancagem financeira - %

Total dos empréstimos 3.593
(+) Caixa e equivalentes de caixa 21.477
Divida líquida (20.050)
Total do Patrimônio Líquido 276.639
Total do capital 259.589
Índice de alavancagem financeira - % -7,72%

26 Compromissos contratuais e garantias

26.1 Compromissos contratuais
Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os materiais e serviços incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços para as atividades de operação e manutenção da Companhia.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decorso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP.

Responsabilidades com locações operacionais

Obrigações de compra
Materiais e serviços 9.935
Prêmio de risco - GSF 4.680
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures 2.840
147 13 2.840 2.840
10.128 4.779 2.840 17.747

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2016, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

26.2 Garantias

Tipo de garantia Modalidade 31/12/2016
Depósito caucionado Empréstimos e financiamentos 964
964

27 Cobertura de seguros
A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovada pela Diretoria do Grupo EDP - Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre suas ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

Valor em risco 31/12/2016

Subestações 3
Usinas 158.741
Prédios e conteúdos (próprios e terceiros) 5.851
A Companhia possui seguro patrimonial das usinas onds, dentre os itens segurados, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica.

A EDP Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil estendida para a Companhia com os limites conforme apresentados abaixo:

(i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$50.000;
(ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$17.990; e
(iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$80.245.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luiz Otavio Assis Henriques Vice-Presidente	Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas Presidente	Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire Conselheiro	Maria Clara Fonseca de Oliveira Maia e Castro Conselheira
---	--	---	---

DIRETORIA EXECUTIVA

Dione da Silva Freitas Diretor	Luiz Otavio Assis Henriques Diretor-Presidente	André Luiz de Castro Pereira Diretor	André Luis Nunes de Mello Almeida Diretor de Contabilidade, Tributos e Gestão de Ativos	Leonardo Nery dos Santos Gestor Contratado UNO e FT Contador - CRC 1SP261342/O-2
--	--	--	---	---

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Acionistas

EDP Pequenas Centrais Hidrelétricas S.A.

Opinão

Examinamos as demonstrações financeiras da EDP Pequenas Centrais Hidrelétricas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EDP Pequenas Centrais Hidrelétricas S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção 2 da seguinte "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado